

DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E FUNDIÁRIA EM MATO GROSSO: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE CÁCERES, JUÍNA E CANABRAVA DO NORTE

Eloyl Aparecido Cintra Franco¹
João dos Santos Vila da Silva²
Rebeca Hauenstein Silva³
José Roberto Rambo⁴

RESUMO

Este artigo analisou a ocupação territorial nos municípios de Cáceres, Juína e Canabrava do Norte, em Mato Grosso, com base em dados do Censo Agropecuário de 2017 e do Cadastro Ambiental Rural (2025). Parte-se do entendimento de que a formação territorial brasileira foi historicamente marcada por políticas fundiárias excludentes, que favoreceram grandes propriedades e perpetuaram desigualdades socioespaciais; em Mato Grosso, essas mesmas dinâmicas se repetiram, refletindo o padrão nacional de concentração de terras. A pesquisa, de caráter descritivo, utilizou estatística descritiva e análise comparativa de dados para identificar padrões de concentração fundiária e dinâmicas locais de uso do solo. Os resultados indicam que, embora a maioria dos estabelecimentos seja composta por pequenas propriedades (até 100 hectares), a maior parte da área continua concentrada em grandes propriedades, especialmente em Mato Grosso. Essa desigualdade evidencia a persistência de um modelo fundiário concentrador, que reforça as disparidades socioeconômicas e limita o fortalecimento da agricultura familiar. Conclui-se que a compreensão das dinâmicas territoriais e dos padrões de ocupação é essencial para subsidiar políticas públicas voltadas à democratização do acesso à terra, à inclusão produtiva e ao desenvolvimento sustentável regional.

Palavras-chave: Cadastro Ambiental Rural; Censo Agropecuário; Ocupação territorial; Mato Grosso.

ABSTRACT

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT. E-mail: eloyl.franco@unemat.br.

² Pesquisador da EMBRAPA Agricultura Digital e Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT. E-mail: joao.vila@embrapa.br.

³ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT. E-mail: rebecahauensteinn@gmail.com.

⁴ Professor Doutor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Tangará da Serra – MT. E-mail: jr.rambo@unemat.br.

This article analyzed territorial occupation in the municipalities of Cáceres, Juína, and Canabrava do Norte, in Mato Grosso, based on data from the 2017 Agricultural Census and the 2025 Rural Environmental Registry (CAR). The study is grounded in the understanding that Brazil's territorial formation has historically been marked by exclusionary land policies that favored large properties and perpetuated socio-spatial inequalities; in Mato Grosso, these same dynamics were repeated, reflecting the national pattern of land concentration. The research, of a descriptive nature, employed descriptive statistics and comparative data analysis to identify patterns of land concentration and local land-use dynamics. The results indicate that, although the majority of establishments are small properties (up to 100 hectares), most of the agricultural area remains concentrated in large properties, particularly in Mato Grosso. This disparity highlights the persistence of a concentrated landholding model, reinforcing socio-economic inequalities and limiting the strengthening of family farming. It is concluded that understanding territorial dynamics and occupation patterns is essential to support public policies aimed at democratizing access to land, promoting productive inclusion, and fostering sustainable regional development.

Keywords: Rural Environmental Registry; Agricultural Census; Land Occupation; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A formação territorial do Brasil foi marcada por processo histórico complexo, moldado pelo colonialismo, que deixou marcas profundas no território e nas estruturas econômicas, políticas e sociais do país. Essas cicatrizes refletem legados duradouros que ainda influenciam a realidade brasileira, especialmente no que diz respeito à estrutura fundiária (Moraes, 2002).

A ocupação da região que hoje constitui o estado de Mato Grosso está formalmente datada de 1719, impulsionada pelos bandeirantes vindos do sudeste do Brasil, que vinham em busca de populações indígenas e na esperança de encontrar metais preciosos, esses exploradores se apropriaram da área. A trajetória histórica de ocupação e uso do território mato-grossense evidencia predomínio de legislações, políticas e incentivos voltados para o benefício de grandes propriedades e famílias tradicionais (Siqueira, 2002).

Nessa perspectiva, a Lei de Terras de 1850, a Lei de Terras Estadual de 1892 e outras legislações correlatas exemplificam modelo de gestão fundiária voltado à manutenção do poder das elites locais. Em muitos casos, essas normas atuaram de forma autônoma em relação às legislações federais, consolidando uma estrutura de exclusão fundiária que perpetuou desigualdades e restringiu o acesso à terra por agricultores familiares e comunidades tradicionais (Moreno, 2007).

Ao tratarmos a questão da ocupação territorial em alguns municípios mato-grossense, deve-se contextualizar essa história, pois, a partir da década de 1970, seguindo a política de ocupação territorial, o estado de Mato Grosso passou a receber projetos de estímulo ao agronegócio, promovidos por parcerias entre o governo e a iniciativa privada. Entre os principais projetos implementados nesse período destacam-se quatro, a Expedição Roncador-Xingu (1943–1948), Marcha para o Oeste (1937–1945), os Projetos de Colonização Privados (1970–1980) e os Projetos de Colonização do INCRA (1970–1980) (Siqueira, 2002; Galvão, 2013; Schneider; Almeida, 2019).

Parte da política nacional de interiorização do Brasil, a Expedição Roncador-Xingu teve como objetivo ocupar e integrar as regiões Centro-Oeste, incluindo Mato Grosso, estabelecendo bases e promovendo a colonização da região (Schneider; Almeida, 2019). Na sequência ocorreu a Marcha para o Oeste, iniciativa do governo federal durante o Estado Novo, que visava a integração econômica e incentivava a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste, incluindo Mato Grosso, por meio de colônias agrícolas e construção de infraestrutura (Siqueira, 2002).

Os Projetos de Colonização Privados também foram importantes para a estrutura fundiária do estado, pois empresas como a Coopercana fundaram novos municípios, promovendo a colonização por meio de parcerias público-privadas, assentando agricultores do Sul do Brasil. Além disso, é imprescindível destacar o papel dos Projetos de Colonização do INCRA que implantou projetos com apoio de cooperativas privadas, promovendo a ocupação e desenvolvimento regional (Galvão, 2013).

Esses projetos exerceram um impacto significativo sobre a estrutura fundiária do estado, ao promoverem a ocupação de extensas áreas e consolidarem o modelo de agronegócio que atualmente predomina na região. Souza (2022) explica que os novos arranjos produtivos que se estabeleceram em Mato Grosso desencadearam mudanças profundas não só nas configurações físicas do território, mas também nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais desenvolvidas no espaço da região. A introdução de novas infraestruturas físicas, financeiras e informacionais alterou significativamente essas dinâmicas, tornando o território um espaço constantemente em construção e desconstrução, refletindo as mudanças impulsionadas por esses processos.

Essas transformações, ainda que tenham acelerado o crescimento econômico e a modernização de várias áreas, contribuíram também para aumentar as desigualdades sociais e regionais. O avanço de setores como o agronegócio, especialmente a soja e a pecuária, trouxe consigo desafios relacionados ao uso e à conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que reforçou a concentração de terras e a marginalização de populações tradicionais. Além

disso, a intensificação da ocupação territorial gerou tensões na implementação de políticas locais, com disputas pelo controle do espaço e pela definição de modelos de desenvolvimento. Portanto, Mato Grosso se constitui como um território de tensões permanentes, onde coexistem e se encontram forças do progresso e da exclusão que desenham o futuro da região.

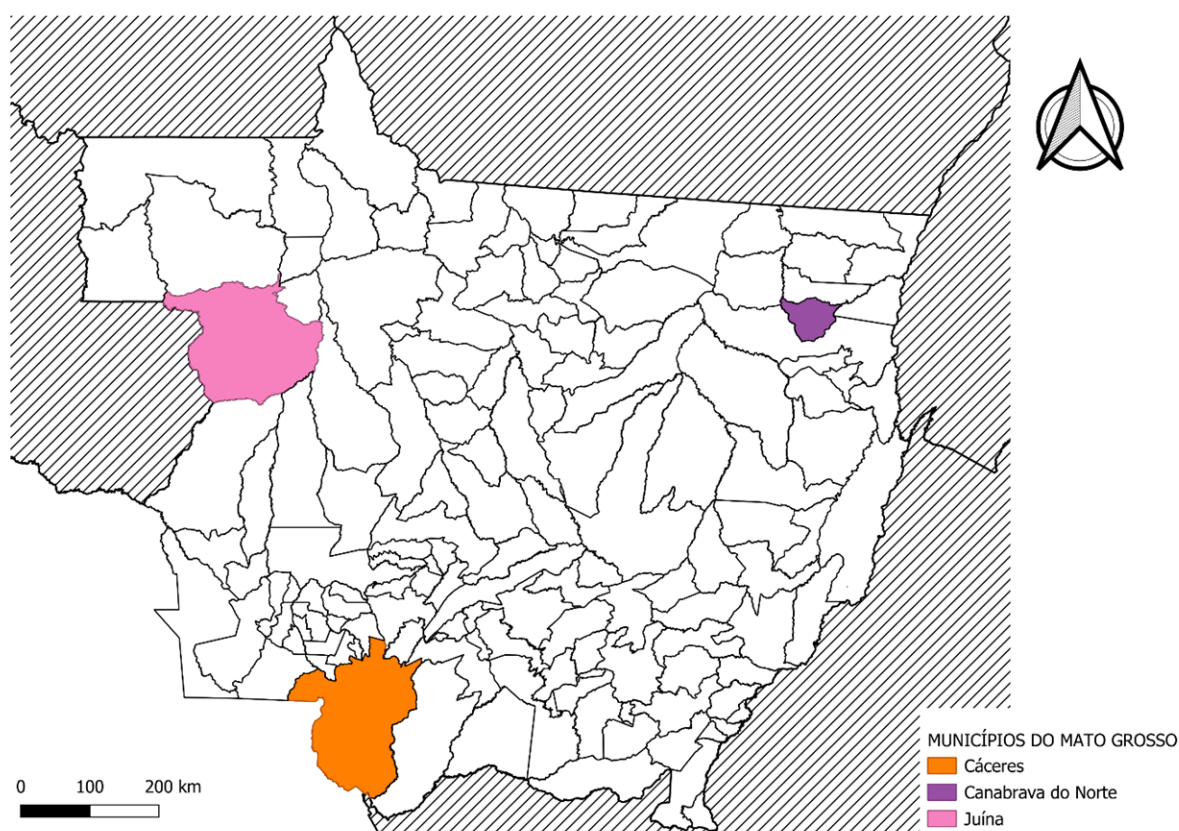
Entender a dinâmica da ocupação do território mato-grossense, portanto, vai além da mera análise dos indicadores técnicos, mas sim em compreender os modos de apropriação, regulação e construção simbólica ao longo do tempo do território. Isto se torna ainda mais importante no caso do Cadastro Ambiental Rural e do Censo Agropecuário, que desempenham um papel estratégico na medida em que permitem mapear padrões de uso e de cobertura do solo, evidenciar conflitos fundiários e subsidiar políticas públicas voltadas para regulação fundiária e para a sustentabilidade ambiental. A articulação dessas bases de dados permite também metabolizar as contradições entre expansão econômica e conservação ambiental e sugerir alternativas que tratem de uma gestão do território mais justa, mais inclusiva e mais equilibrada.

Deste modo, o presente estudo busca contribuir para o debate sobre o planejamento territorial e de desenvolvimento sustentável em Mato Grosso, além de reafirmar a defesa de políticas capazes de promover a conciliação do crescimento produtivo com a justiça social e a preservação dos recursos naturais. Desse modo, a investigação centrou-se essencialmente na análise de indicadores relativos à ocupação do território nos municípios de Cáceres, Juína e Canabrava do Norte, localizados no estado de Mato Grosso, sendo que a base de dados foi o Censo Agropecuário de 2017 e o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural de 2025. A pesquisa buscou compreender a relevância de um conhecimento mais aprofundado de como esta ocupação dos territórios está ocorrendo.

METODOLOGIA

Este estudo concentrou-se na análise dos indicadores relacionados à ocupação territorial nos municípios de Cáceres, Juína e Canabrava do Norte, localizados no estado de Mato Grosso, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e Cadastro Ambiental Rural de 2025. A pesquisa teve como objetivo compreender a importância de um conhecimento aprofundado sobre a forma como esses territórios estão ocupados, destacando as dinâmicas e os padrões das dimensões das propriedades agropecuárias. A Figura 1 apresenta as delimitações geográficas dos municípios estudados, oferecendo uma referência espacial para a compreensão dos resultados.

Figura 1. Mapa de localização dos municípios de Cáceres, Canabrava do Norte e Juína em Mato Grosso.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A imagem acima expõe uma visualização da área de estudo que permite situar espacialmente os municípios de Cáceres, Juína e Canabrava do Norte, evidenciando a extensão territorial analisada e sua distribuição no estado de Mato Grosso. A partir desse mapeamento, é possível compreender melhor a relação entre os diferentes tipos de propriedade, os padrões de ocupação e as características do uso da terra em cada município. Além disso, a referência espacial facilita a interpretação dos dados estatísticos e ambientais, oferecendo suporte à análise das implicações socioeconômicas e ambientais da ocupação territorial do estudo.

Os dados abrangem o número de estabelecimentos agropecuários, a área total ocupada e a distribuição percentual em cinco categorias de tamanho de propriedade, variando de menos de 10 hectares a mais de 2.500 hectares. Essa análise permite compreender as dinâmicas territoriais, com destaque para a concentração fundiária e os padrões específicos de ocupação em Mato Grosso, evidenciando diferenças significativas entre as escalas nacional, estadual e municipais.

O trabalho desenvolvido caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois busca compreender uma determinada realidade e suas características a partir de observações, registros

e análise de dados, sem a manipulação direta (Stake, 2011; Zanella, 2013). Para tal, utiliza-se de estatística descritiva, operacionalizando-se com dados do IBGE por meio do Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA) (IBGE, 2017) e dados Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR, 2025). Salientando que o suporte bibliográfico, o conhecimento e a vivência do primeiro autor sobre o território devido a atuação profissional foram essenciais para compreender o contexto estudado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O território brasileiro foi construído sob uma lógica de dominação e exploração, nas quais as elites econômicas e políticas definiram quem acessava a terra ou os recursos naturais. Tal herança direta do passado permanece presente nas estruturas agrárias contemporâneas, especialmente em alguns estados, como Mato Grosso (Moraes, 2022).

Pesquisas como a de Moreno (1999) afirmam que, no estado de Mato Grosso a exclusão fundiária foi institucionalizada, a partir de legislações como a Lei de Terras de 1850 e a Lei Estadual de 1892, as quais favoreceram o grande proprietário e dificultaram a posse da terra ao agricultor familiar e às comunidades tradicionais. Essas políticas não apenas acentuaram desigualdades e criaram uma estrutura fundiária concentrada, mas também moldaram o acesso à terra, e influenciaram diretamente a configuração do território.

Nesse contexto, compreender o território apenas como espaço físico torna-se insuficiente, pois ele é simultaneamente socialmente construído e politicamente disputado, refletindo as relações de poder, as práticas culturais e os processos econômicos que definem quem controla, quem ocupa e quem é excluído (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004).

Para analisar a ocupação do território do Mato Grosso deve-se considerar tanto os aspectos materiais quanto os simbólicos das relações sociais que constituem o espaço. Souza (2022) observa que a expansão do agronegócio e os projetos de colonização do século XX, como a Marcha para o Oeste e a Expedição Roncador-Xingu, transformaram efetivamente o território mato-grossense.

Dentro desse contexto, dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e do Cadastro Ambiental da Agricultura Familiar (SICAR, 2025) são ferramentas fundamentais para compreender as dinâmicas territoriais e a configuração da distribuição da terra em Mato Grosso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção trazem uma análise detalhada sobre a ocupação territorial em diferentes escalas: Brasil, estado de Mato Grosso e os municípios de Cáceres, Canabrava do Norte e Juína, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 1) e do Cadastro Ambiental Rural (2025) (Tabela 2).

Tabela 1. Tamanho do estabelecimento agropecuário, número, área em hectares e percentuais do Brasil, Mato Grosso, Cáceres, Canabrava do Norte e Juína (IBGE).

Local	Tamanho do Estabelecimento	Número de Estabelecimentos	%	Hectares	%
Brasil	Total	4.996.287	100	351.289.816	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	2.543.681	50,91	7.993.969	2,28
	De 10 a menos de 100 ha	1.980.684	39,64	63.810.646	18,16
	De 100 a menos de 500 ha	365.841	7,32	74.255.950	21,14
	De 500 a menos de 2.500 ha	89.216	1,79	89.850.426	25,58
	De 2.500 ha e mais	16.865	0,34	115.378.827	32,84
Mato Grosso	Total	118.433	100	54.922.850	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	17.927	15,14	67.599	0,12
	De 10 a menos de 100 ha	63.601	53,70	2.683.632	4,89
	De 100 a menos de 500 ha	22.388	18,90	4.632.656	8,43
	De 500 a menos de 2.500 ha	10.173	8,59	11.664.020	21,24
	De 2.500 ha e mais	4.344	3,67	35.874.944	65,32
Cáceres (MT)	Total	3530	100	1.717.354	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	659	18,67	2.235	0,13
	De 10 a menos de 100 ha	2061	58,39	73.830	4,30
	De 100 a menos de 500 ha	510	14,45	110.146	6,41
	De 500 a menos de 2.500 ha	207	5,86	237.525	13,83
	De 2.500 ha e mais	93	2,63	1.293.617	75,33
Canabrava do Norte (MT)	Total	744	100	215.450	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	47	18,67	165	0,08
	De 10 a menos de 100 ha	419	58,39	23.108	10,73
	De 100 a menos de 500 ha	229	30,78	41.898	19,45
	De 500 a menos de 2.500 ha	35	4,70	35.136	16,31
	De 2.500 ha e mais	14	1,88	115.146	53,44

Juína (MT)	Total	2.756	100	744.664	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	484	17,56	2.175	0,29
	De 10 a menos de 100 ha	1.553	56,35	64.088	8,61
	De 100 a menos de 500 ha	502	18,21	107.148	14,39
	De 500 a menos de 2.500 ha	167	6,06	187.558	25,19
	De 2.500 ha e mais	50	1,81	383.693	51,53

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Censo Agropecuário (2017).

No contexto nacional, observa-se uma ampla distribuição de estabelecimentos agropecuários, predominando numérica de propriedades de menor porte. Contudo, quando se considera a área total ocupada, verifica-se que propriedades com 100 hectares ou mais concentram a maior parte do território destinado à atividade agropecuária, evidenciando a persistente concentração fundiária no país (IBGE, 2017).

No estado de Mato Grosso, os municípios de Cáceres, Canabrava do Norte e Juína apresentam uma predominância de pequenas propriedades, com até 100 hectares. Independentemente do município, os estabelecimentos rurais nessa faixa de tamanho (10 a 100 hectares) correspondem a 56,32% em Canabrava do Norte e 58,39% em Cáceres do total de estabelecimentos municipais (IBGE, 2017).

Tabela 2. Tamanho do estabelecimento agropecuário, número, área em hectares e percentuais do Brasil, Mato Grosso, Cáceres, Canabrava do Norte e Juína (SICAR).

Local	Tamanho do Estabelecimento	Número de Estabelecimentos	%	Hectares	%
Cáceres (MT)	Total	1.459	100	799.691	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	245	16,79	1.234	0,15
	De 10 a menos de 100 ha	719	49,28	28.507	3,56
	De 100 a menos de 500 ha	293	20,08	67.355	8,42
	De 500 a menos de 2.500 ha	152	10,42	152.093	19,02
	De 2.500 ha e mais	50	3,43	550.405	68,83
Canabrava do Norte (MT)	Total	476	100	273.454	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	6	1,26	21	0,01
	De 10 a menos de 100 ha	300	63,03	18.413	6,73
	De 100 a menos de 500 ha	123	25,84	24.073	8,80
	De 500 a menos de 2.500 ha	31	6,51	30.095	11,01



	De 2.500 ha e mais	16	3,36	200.852	73,45
Juína (MT)	Total	1.213	100	295.253	100
	Mais de 0 a menos de 10 ha	175	14,43	950	0,32
	De 10 a menos de 100 ha	600	49,46	26.481	8,97
	De 100 a menos de 500 ha	313	25,80	67.029	22,70
	De 500 a menos de 2.500 ha	108	8,90	124.122	42,04
	De 2.500 ha e mais	17	1,40	76.671	25,97

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do SICAR (2025).

Ao analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), observa-se que os estabelecimentos de 10 a 100 hectares representam de 49,28% em Cáceres a 63,03% em Canabrava do Norte do total de propriedades cadastradas. Esses números indicam uma redução no registro de pequenas propriedades no CAR no município de Cáceres, sugerindo lacunas na adesão ou na atualização do cadastro (SICAR, 2025). A maioria dos estabelecimentos no Brasil e em Mato Grosso pertence a categoria de pequenas propriedades (<100 ha), em termos de número, mas representam uma porcentagem pequena da área total ocupada.

Nos municípios de Cáceres, Canabrava do Norte e Juína, essa relação não muda, pois mesmo que representem de 62,63% (Canabrava do Norte) a 77,06% (Cáceres) dos estabelecimentos, esses ocupam somente 4,43% (Cáceres) a 10,80% (Canabrava do Norte) da área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios (IBGE, 2017).

Pelos números do Cadastro Ambiental Rural, Juína possui 63,89% dos estabelecimentos com regularização ambiental de até 100 hectares e em Cáceres esse número chega até 66,07% dos estabelecimentos, todavia, em área continuam representando somente de 3,72% (Cáceres) a 9,29% (Juína) da área agropecuária dos municípios (SICAR, 2025).

As propriedades médias (de 100 a 500 hectares) ocupam uma proporção significativa da área total, tanto no Brasil quanto em Mato Grosso. Em Canabrava do Norte, essa categoria também apresenta uma presença relevante na ocupação territorial, possuindo 30,78% dos estabelecimentos com essas dimensões, representando 19,45% da área agropecuária ocupado por esses estabelecimentos (IBGE, 2017). Pelos dados do Cadastro Ambiental Rural esse cenário se altera parcialmente, pois em número de estabelecimentos ficam de 20,08% (Cáceres) a 25,84% (Canabrava do Norte) os que possuem de 100 a 500 hectares, todavia, é em Juína que esses estabelecimentos ocupam o maior percentual de área com 22,70% da área agropecuária do município (SICAR, 2025).

Embora representem uma pequena parcela do total de estabelecimentos, as grandes propriedades (acima de 2.500 hectares) ocupam a maior parte da área total, especialmente em Mato Grosso.

No município de Cáceres, somente 2,63% dos estabelecimentos possuem mais de 2.500 hectares, todavia esses ocupam 75,33% do território agropecuário do município (IBGE, 2019). Em Canabrava do Norte e Juína, o percentual de estabelecimentos com mais de 2.500 hectares também é baixo, com 1,88% e 1,81%, entretanto, com ocupação de 53,44% e 51,54% da área agropecuária respectivamente (IBGE, 2017).

Já com as informações do Cadastro Ambiental Rural, temos que no município de Cáceres, com mais de 2.500 hectares tem-se 3,43% dos imóveis rurais, e esses ocupam 68,83% da área agropecuária. Todavia em Juína, somente 1,40% dos estabelecimentos possuem área maior que 2.500 hectares e esses ocupam 25,97% da área agropecuária do município, demonstrando-se uma queda acentuada do percentual de ocupação da terra por grandes estabelecimentos, mesmo que ainda demonstrem significativa concentração fundiária nos grandes estabelecimentos agropecuários (SICAR, 2025).

Ao compararmos os municípios de Cáceres, Canabrava do Norte e Juína com o cenário nacional, observamos que eles representam uma pequena fração tanto do número de estabelecimentos quanto da área total ocupada. No entanto, cada município possui características distintas: Cáceres e Canabrava do Norte têm uma maior concentração de área em propriedades de acima de 2.500 hectares, enquanto Juína essa concentração se dá em propriedades de 500 a 2.500 hectares (SICAR, 2025).

Os dados revelam uma concentração significativa de áreas em grandes propriedades, especialmente em Mato Grosso, enquanto a maioria dos estabelecimentos é composta por pequenas propriedades. Esses padrões de ocupação podem impactar diversas políticas agrárias e estratégias de desenvolvimento regional, todavia, pelas diferentes fontes de dados os números totais são desconsoantes, onde o Censo Agropecuário possui muito mais imóveis rurais que os dados do Cadastro Ambiental Rural, entretanto, percentualmente os números dialogam e mostram uma situação de concentração de imóveis de grande proporção nos municípios estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da formação territorial do Brasil e de Mato Grosso revela que a ocupação histórica e as políticas fundiárias moldaram estruturas agrárias desiguais. A exclusão fundiária,

perpetuada por legislações que priorizaram grandes propriedades, gerou desigualdades e concentração de terras.

O estudo dos indicadores do Censo Agropecuário de 2017 e do Cadastro Ambiental Rural de 2025 nos municípios de Cáceres, Juína e Canabrava do Norte revela padrões distintos de ocupação e dimensões de estabelecimentos agropecuários, refletindo tanto a herança histórica quanto as particularidades socioeconômicas e ambientais de cada localidade. Tais dados também indicam diferenças nos níveis de regularização ambiental e inserção no mercado agrícola, destacando a importância de se considerar múltiplas dimensões ao analisar a ocupação territorial.

A compreensão das dinâmicas territoriais e dos padrões de ocupação é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam a redistribuição equitativa da terra, incentivem a inclusão de pequenas propriedades, fortaleçam a agricultura familiar e fomentem práticas produtivas sustentáveis. Nesse sentido, a integração de instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural e políticas de regularização fundiária contribui para a construção de modelos de desenvolvimento regional que conciliem produtividade, justiça social e preservação ambiental.

A análise dos dados evidencia a necessidade de uma abordagem mais equitativa nas questões fundiárias, priorizando a democratização do acesso à terra, a redução das disparidades socioeconômicas e a promoção de governança participativa. Essa perspectiva permite que as comunidades locais se beneficiem de forma mais justa dos recursos naturais, assegurando, simultaneamente, a sustentabilidade ambiental, a continuidade de práticas culturais e a consolidação de um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, J. A. C. **Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980**. In: V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, 2013. Barcelona: DUOT, 2013, p. 58-64. Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/5915>. Acesso em: 1 jun. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. Hucitec/Anna Blume, 2002. Disponível em: <https://compress.pyok.info/download/compresspdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MORENO, G. O Processo Histórico de Acesso a Terra em Mato Grosso. **Revista Geosul**. v. 14 n. 27. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>. Acesso em: 15 set. De 2024. Acesso em: 27 nov. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, A. L.; ALMEIDA, T. F. A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 243-287, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/31353/95575>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. **Regularização Ambiental - Cadastro Ambiental Rural**, 2025. Disponível em: <https://consultapublica.car.gov.br/publico/>. Acesso em: 10 abril. 2025.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, S. C. A. A formação das cidades da soja na Amazônia mato-grossense: entre o imaginário desenvolvimentista, a desigualdade e os impactos ambientais. **Revista de Comunicação Científica**, v. 1, n. 10, p. 130-149, 2022.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14553/11779>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_1/Metodologia_Pesquisa/material_didatico/Livro-texto%20metodologia.PDF. Acesso em: 1 jun. 2025.